

HOLWERDA, David Earl. **Jesus e Israel: uma aliança ou duas?** São Paulo: Cultura Cristã, 2005. 160p. [Obra original de 1995]. Resumido por J LHack em 2009 e 2014.

1. Jesus e Israel no século 20

A relação entre Jesus e Israel mudou dramaticamente no século 20. Do início do cristianismo até o final da Idade Média, muitos acreditavam que o papel dos judeus na história da redenção tinha terminado. Eles foram deserdados por causa de sua rejeição de Jesus como o Messias de Israel. Infelizmente, esta compreensão teológica levou a um tratamento diferenciado dos judeus: eram tratados como cães e marginalizados na sociedade.

Os reformadores não produziram mudança significativa neste preconceito racial, mas reconheceram que os judeus ainda tinham lugar no plano de Deus dentro da história da humanidade (Rm 11.26). O movimento dispensacionalista, que surgiu no final do século 19, ganhou força no século 20. Ele defende que “Israel” sempre se refere aos judeus, e que a igreja cristã constitui um povo inteiramente separado das promessas do AT. Quando a igreja for removida da terra pelo arrebatamento, Jesus voltará para governar sobre os judeus convertidos e o “relógio profético” (interrompido há 2000 anos) voltará a funcionar, gerando o cumprimento literal das profecias do AT.

Este movimento teológico, aliado ao genocídio judaico trazido pela 2ª Guerra Mundial, gerou uma forte revisão das relações entre cristãos e judeus. A igreja se confessa parcialmente culpada pelo holocausto, por ter sido sempre favorável ao antissemitismo (embora não nas bases raciais e nacionalistas usadas pelos nazistas). Tudo isto complica o anúncio e a compreensão do Evangelho pelos judeus, pois passaram a associar a cruz com a opressão recebida dos cristãos.

Dentro da política atual de tolerância a todas as opiniões, inclusive as religiosas, levantou-se um grande desafio ao cristianismo. Pensadores judeus insistem que os cristãos devem rejeitar três erros causadores da animosidade antissemita: que Jesus foi o Messias de Israel, que ele foi rejeitado pelos judeus, e que ele também os rejeitou. Os cristãos devem repudiar as partes de Mateus e João que julgam duramente os judeus; Jesus deve ser remodelado para se acomodar ao judaísmo.

Vejamos três respostas teológicas à questão de Jesus e Israel. O recente diálogo judaico-cristão afetou fortemente a teologia cristã. Karl Barth exerceu extraordinário impacto nesta relação, defendendo a unidade essencial entre a igreja e a sinagoga: ambos são uma comunidade eleita em Cristo com dupla forma (Israel resiste à sua eleição). Israel provê um involuntário testemunho do juízo e da misericórdia de Deus (que continua a manter a existência deles). Além disso, seu testemunho impede que a igreja reintroduza na mensagem cristã as ideias pagãs de seu passado gentio. Barth inova atribuindo um papel positivo a Israel e considerando a incredulidade deles como sobrepujada na eleição de Cristo. Portanto, a igreja não pode esquecer a prioridade de Israel; somos enxerto. A igreja deve compartilhar sua mensagem com Israel (enciumando-os por uma vida autêntica como comunidade do Rei), mas a real conversão da nação exigirá uma intervenção divina. Markus Barth segue os passos do pai. A perspectiva barthiana mantém a ênfase reformada tradicional (uma única aliança da graça, um único povo de Deus), mas o faz de maneira não tradicional.

Mais radical é a posição de Rosemary Ruether, que advoga uma reinterpretação da cristologia cristã, pois esta é a raiz do antissemitismo cristão. Para ela, a igreja não pode dizer que Jesus era o Messias, pois não houve ainda a redenção final histórica. O Jesus humano aponta para a vinda de outro; a cruz é apenas um modo de salvação, não o único. Esta reinterpretação iguala o cristianismo ao judaísmo: ambos são religiões de esperança, aguardando a redenção da humanidade. O cristianismo, pois, não é universal, mas apenas uma opção dentre muitos caminhos.

John Gager defende a tese geral de que o verdadeiro alvo do antijudaísmo cristão são os judaizantes. Os cristãos gentios estavam sendo atraídos aos costumes judaicos da sinagoga. Paulo defende apenas que os gentios não precisam se submeter à lei. Assim, Cristo é o cumprimento das promessas de Deus aos gentios, mas não o clímax do trato de Deus com Israel. Há, pois, duas alian-

ças (ou dois caminhos para a mesma aliança). Paulo não chamou os judeus para a fé em Cristo.

A teologia pós-holocausto, embora tenha metas louváveis (o fim do antissemitismo), propõe que não se negue mais o direito teológico do Israel judaico existir como povo de Deus com base na Torá. Defende-se uma teologia de duas alianças, como se vê em Von der Osten-Sacken. Contudo, esta teologia desafia certas ênfases presentes no NT. Um dos resultados positivos deste diálogo tem sido o reconhecimento do caráter judaico de Jesus e de sua coerência com a lei do AT. Porém, mantém-se que Jesus leva apenas os gentios à reconciliação com Deus (cumprindo a tarefa de Israel de ser luz às nações); os judeus não precisam se tornar discípulos de Jesus porque já seguem a Torá (os judeus aceitam sem problema isso). Um problema nesta teologia é a negação da divindade de Cristo (Jesus é “Deus” para os gentios, tal como Moisés o foi para o Faraó). Outro resultado positivo é o reconhecimento da graça no judaísmo e na aliança de Deus com Israel (Sanders). Todavia, a compreensão [arminiana?] da salvação no judaísmo se baseia no arrependimento de cada um; não há necessidade dos sofrimentos messiânicos, pois a salvação baseada na Torá está ao alcance de quem o desejar. Jesus é apenas um mestre da lei, não o Redentor e Senhor.

Tudo isso revela uma compreensão bem diferente do AT nos dois lados. Os cristãos alegam que seu entendimento não é uma reinterpretação do livro dos judeus, mas sim a revelação da intenção originalmente na mente de Deus. Judaísmo e cristianismo são interpretações rivais do verdadeiro sentido do AT. Não é possível defender a ideia das duas alianças sem desconsiderar partes do NT. Este livro defenderá a centralidade de Jesus no cumprimento do AT.

Questões para revisão

1. O Holocausto e o movimento dispensacionalista trouxeram mudanças dramáticas na relação entre cristãos e judeus. Sobre isto:
2. Qual era a posição geral da igreja na era medieval quanto aos judeus?
3. De que modo Calvino diferiu desta posição?
4. O que a posição dispensacionalista defende quanto a Israel e à igreja?
5. Por que a cruz é para o judeu um símbolo de opressão e não de redenção?
6. Quais são os “erros” que alguns pensadores judaicos veem no cristianismo?
7. Explique a diferença entre as três respostas teológicas à questão de Jesus e Israel.
8. Quais são os dois resultados positivos da teologia pós-holocausto?

2. Jesus e Israel: uma questão de identidade

Quem é Israel? Os que achavam que era uma unidade fixa sofriam advertências dos profetas (Is 10.20-23): “nem todos os de Israel são, de fato, israelitas”. Ainda hoje Israel tem dificuldade em determinar quem é realmente judeu (visto que há religiosos e ateus, convertidos e descendentes).

Antes de 70 d.C., o judaísmo era bem variado, a tal ponto que o cristianismo pode ser visto como uma forma dele (como alegam os judeus messiânicos). Israel é o povo eleito, com quem Deus entrou em aliança; quem é, pois, esse Israel? A Bíblia toda é um registro da criação e definição de Israel por Deus! O povo ao qual Deus fez promessas deve ser o povo que recebe seu cumprimento; por isso Mateus é uma resposta ampliada à pergunta: “Quem é Israel?”. Ele começa com uma genealogia, estabelecendo prerrogativas religiosas e políticas: Jesus é o filho de Davi e de Abraão, cumprindo-se Gn 12.2-3 (cf. 17.7; 22.18) e 2Sm 7.8-16. A promessa de abençoar as nações se cumpre em Jesus (Mt 2; 8.11; 28.19); ele é o verdadeiro Israel que obedece naquilo que o Israel histórico falhara; ele é o remanescente fiel (Is 10.22). Jesus também é o prometido filho de Davi que representa a nação de Israel (Is 11.1); ele é o rei de Israel que cumpre as promessas feitas a Davi. O significado de Jesus está entranhado na história do AT; ele é o representante corporativo de Israel (a Bíblia defende a ideia de que uma pessoa pode representar um grupo; cf. Adão, Acã, Is 53.11). Mas a descendência não é suficiente para estabelecer a identidade de Israel (Mt 3.8), como se vê pela inclusão de mulheres gentias; Deus incorpora elementos estrangeiros em Israel; intencionava que

Israel se torne um povo universal. É Deus quem decide quem pertence a Israel. Tal como Jesus (no relato seguinte), Israel veio à existência pela eleição misteriosa de Deus e depende de sua graça para continuar a existir. Em Jesus, Deus toma o lugar de seu parceiro para assegurar a continuidade da aliança; Jesus é Emanuel (Deus conosco), é tudo o que Israel foi destinado a ser.

As histórias do AT associadas ao Egito modelam a apresentação de Mateus sobre Jesus (similaridades com o nascimento de Moisés; fuga para o Egito). O foco de Mateus está no novo êxodo com um novo Israel (Mt 2.14-15). A citação de Os 11.1 é a chave da narrativa: seu contexto original apresenta uma promessa para o futuro. (Os textos em geral são citados como referências ao contexto em que estão inseridos no AT). Na queixa de Oseias, Israel deixou de corresponder ao amor divino, embora o tenha experimentado no êxodo do Egito; fazia-se necessário um novo juízo (v. 5) e um novo êxodo (v. 11) para se criar um povo obediente. Fala-se do primeiro êxodo para prometer o segundo; ambos se baseiam no amor de Deus. Este novo êxodo não se cumpriu na volta do exílio, mas começa a se cumprir na ida de Jesus ao Egito. Ao citar Oseias, Mateus proclama que Jesus é Israel e traz a libertação prometida. Mateus também vincula a matança das crianças com a opressão de Israel no exílio ao citar Jr 31.15 (os cativos que iam para o exílio passavam por Ramá, perto de Belém). Mas o contexto fala de esperança para o futuro (v. 16-17), ainda não cumprida antes de Jesus. A opressão continuava na matança dos inocentes, mas Mateus sinaliza que a esperança prometida está se cumprindo.

Mateus reforça sua identificação de Jesus com Israel ao registrar a voz ouvida do céu, que duas vezes pronuncia “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (3.17; 17.5; cf. 12.18). A voz ecoa Is 42.1, que promete o Espírito Santo no servo messiânico que traz a salvação a todas as nações. O batismo de Jesus, portanto, visa proclamá-lo como servo ungido de Deus; ele é o Servo descrito em Isaías (42; 44; 53), o qual é o Israel corporativo e o representa de modo individual. A voz também ecoa Sl 2.7, que anuncia a entronização do rei davídico sobre todas as nações; este é o Filho de Deus, cumprindo 2Sm 7.14. Jesus é este rei de Israel que estabelece a justiça divina.

Jesus também se identifica com Israel passando pelo deserto para testar seu coração (Dt 8.2). Jesus será fiel? Guardará os mandamentos? A tentação se segue à declaração de que Jesus é o rei de Israel. Como Israel obediente, Jesus passa por um período de provas (40 dias talvez reflitam os 40 anos de Israel), com tentações idênticas às de Israel. A 1ª tentação enfatiza como o filho de Deus deve viver; é pela Palavra de Deus e não só do maná (Dt 8.3); o maná é sacramento de vida que visa confessar que dependemos de Deus para nossa provisão. A 2ª tentação busca testar se Deus é fiel em suas promessas, o que é incredulidade. Israel tentou Deus assim (Êx 17.7), exigindo prova de que Deus estava com eles. Mas Jesus demonstra que está pronto a perder sua vida antes de desafiar a Deus. A 3ª tentação sugere adorar o rival de Deus para ganhar controle do mundo; foi o que Israel fez após entrar na Terra Prometida (Os 2). Mas Jesus adorou unicamente a Deus (Dt 6.10-15). Assim, Jesus reviveu as tentações de Israel no deserto, obtendo vitória onde Israel falhou.

Jesus passa a anunciar a chegada do Reino (Mt 4.17) e testifica isso com milagres. As promessas estão sendo cumpridas! Por isso Mateus cita Is 9.1-2, que era antes interpretada como se referindo à Torá oral (luz); mas seu contexto mostra que essa salvação e luz serão trazidas pelo filho de Davi, que estabelecerá o reino eterno (v. 6-7) sobre todas as nações, começando pela Galileia. O reino chega aos poucos; só no futuro o mal será removido definitivamente (Mt 13.40-43). Jesus é o alvorecer de um novo dia para Israel e para as nações. Mt 4 é um sumário de todo o Evangelho. Além disso, a vinda do reino anuncia o ajuntamento do povo, incluindo as nações. Por isso Jesus incorpora discípulos ao seu ministério (Mt 4.19; 13.47) para juntar pessoas para seu reino. Essa congregação reunirá o remanescente de Israel, aqueles que confessam fé em Jesus (16.16). As multidões seguem Jesus (4.25) de todo o Israel. Elas se maravilham com sua autoridade (7.28) e glorificam a Deus (15.29-31; cf. Is 35.5-10). Jesus é o Rei-Pastor (Ez 34) que veio buscar suas ovelhas perdidas (Mt 15.24; 9.36); isso se estende também aos gentios (15.21-28).

Jesus é Emanuel, a presença de Deus com seu povo. O que acontece com quem o rejeita? Mt é claro: ao lado do cumprimento das promessas, há o cumprimento do juízo sobre o Israel que

não crê (Mt 11–13). O mistério do reino só é dado a alguns (13.11); esse mistério se refere ao plano oculto de Deus, que é revelado no ministério de Jesus. O reino não vem com total destruição do mal, como muitos esperavam, mas se instala progressivamente, manifestando a misericórdia divina. É preciso ter fé para perceber a presença do reino, pois ele coexiste com o reino de Satanás. Israel entende errado o mistério, vendo o reino como poder sobre os inimigos e rejeitando sua manifestação humilde na pessoa de Jesus. Por isso Israel perde sua posição privilegiada (13.12-15; 21.43; 8.10-12), a qual é passada aos crentes em Jesus (13.16-17). A igreja recebe a posição e a tarefa do Israel do AT.

Quem é Israel, então? É o povo escolhido por Deus para responder com fé e obediência. Não é uma questão racial, mas de eleição para missão (Dt 7.6-7). Jesus é o representante corporativo de Israel, que cumpre toda a lei (Mt 5.17; 3.15); por isso Deus reconhece como Israel a todos que reagem com fé e obediência à presença divina revelada em Jesus. A ruptura com o Israel descrente não é uma falha das promessas de Deus, mas faz parte do seu cumprimento. A condenação não abrange todos os judeus, apenas os que não creem (em especial, os líderes). Assim, a Igreja está em continuidade com o Israel do AT, cumprindo sua missão no mundo de ser luz para as nações (Is 42.6; Mt 5.14-16), tanto pela pregação (28.19-20) como pela vida (5.16; 7.21; 5.20).

Questões para revisão

1. De que modo a genealogia de Mateus 1 explica a identidade entre Jesus e Israel?
2. Como a citação de Oseias 11.1 anuncia um novo êxodo em Cristo? E a de Jr 31.15?
3. Explique a função messiânica da voz ouvida do céu, associando-a aos seus contextos originais no AT. Como ela se relaciona com Mt 1.1?
4. Qual a relação entre as tentações de Jesus e as de Israel no deserto?
5. Jesus anuncia que o reino está próximo. Como este reino se implanta no NT, considerando em particular a profecia de Is 9 e seu cumprimento em Mt 4?
6. Qual é o mistério do reino? E como isso se conecta à rejeição de muitos em Israel?
7. Explique por que e como a Igreja assume a missão do Israel do AT.

3. Jesus e o templo: uma questão de essência

É preciso que se reconstrua o templo em Jerusalém? Os dispensacionalistas acham que sim; os amilenistas entendem que Jesus é o cumprimento das profecias sobre o templo. Os judeus ortodoxos também diferem dos judeus da Reforma nesta questão. Contudo, sua ênfase nas obras da lei como expiação tornam desnecessários os sacrifícios; tudo que é preciso é arrependimento e boas obras. Os judeus modernos também creem que todas as nações devem se unir na obediência à Torá.

A história do templo no AT é fascinante e decepcionante. Fascinante porque ali a glória divina permanecia no meio de Israel; decepcionante porque Israel entendeu errado isso e passou a idolatrar o templo. Para Deus habitar no meio do povo, era necessário fazer expiação das impurezas, o que se dá pelos rituais e objetos especificados em Lv. A tenda simbolizava a jornada de Deus com seu povo, até alcançarem o lugar de descanso; por isso Deus recusou a oferta de Davi e inverteu a proposta, prometendo uma casa/dinastia para ele (2Sm 7.1-17). A casa de Davi construiria uma casa para Deus, promessa cumprida admiravelmente em Jesus.

Após a construção do templo, Deus atendeu à oração de Salomão de colocar seu nome ali (1Rs 8.29; 9.3) e estar presente no templo para ouvir as orações do seu povo. Foi o início do cumprimento da profecia, mas não seu final. O templo se tornou em ruínas (1Rs 9.8), porque Israel achava que a presença divina estava garantida por ele (Jr 7.4) e, com isso, sua proteção. Era um erro antigo, já experimentado em Siló (com a tentativa de manipular Deus por meio de sua arca na guerra com os filisteus). Deus promete estar presente no contexto da aliança (relacionamento e obediência, não rituais e religiosidade). Enquanto os profetas insistiam na obediência à aliança, Israel se achava seguro em seu ídolo (o templo). Por isso Deus permitiu a destruição do templo, mas avisou

por meio de Ezequiel que sua glória já tinha saído dali antes (para que não achassem que os deuses da Babilônia eram superiores).

Mas Deus guarda sua aliança mesmo quando o povo falha. Por isso Ezequiel anuncia um futuro templo ideal, cheio da glória divina (43.1-7; 48.35). O segundo templo foi apenas uma antecipação do cumprimento mais completo nos dias do Messias (Zc 6.12-13). No período intertestamentário, os judeus continuavam a aguardar um novo templo mais glorioso, que seria edificado pelo próprio Deus (Êx 15.17) ou pelo seu Messias; por isso, seria santo e indestrutível.

Jesus mostrou respeito pelo templo, mas nunca se diz que fez sacrifícios ou foi orar ali. Ele anuncia sua destruição (Mc 13) e o substitui (Mt 12.6): o templo era transitório. Jesus cumpre as funções do templo: perdoa pecados, purifica imundos, santifica pecadores. O templo apontava para Jesus e por isso chegou ao seu fim. Na purificação do templo, Jesus não buscava apenas restabelecer a santidade do templo, mas anunciou a chegada da nova era (Mc 11.17; Jo 2.16), quando todas as nações adorarão a Deus no futuro templo escatológico.

Após a entrada triunfal do Rei, logo deve surgir o templo messiânico. Jesus reivindica autoridade sobre o templo (Mc 11.27-33) e é crucificado por querer destruir o templo (Mc 14.58). No entanto, sua morte destrói o templo (e sua função), o que é simbolizado pelo rasgo no seu véu. O novo templo não feito por mãos é o templo escatológico construído pelo próprio Deus, por meio da dinastia de Davi (seu Messias, o Filho de Deus; cf. Mc 14.61; 2Sm 7.14), para reunir o Israel disperso. O Príncipe-Pastor reunirá suas ovelhas (Mc 14.27-28) em uma nova comunidade de fé.

O templo do AT expressava o desejo de Deus de habitar com seu povo (Ez 43.5,7) e isso se cumpriu em Jesus (Jo 1.14, “tabernaculou” substituindo o tabernáculo; encarna o Deus “cheio de misericórdia e fidelidade” [Êx 34.6] = “cheio de graça e verdade”) e se cumpre em nós (Jo 14.23). O glorioso templo de Ezequiel existe em toda parte no mundo. O corpo de Cristo é o novo templo, porque Jesus é o local da expiação (Jo 1.29; 19.36) e o lugar da presença de Deus (14.9). Não apenas o templo perdeu sua significação, mas também o monte sagrado (Jo 4.20-24): com a chegada do Messias, cumprem-se as promessas e a era do AT se finda; não há mais templo ou monte sagrado, todos podem adorar a Deus onde estão (Zc 14.20-21) e a qualquer tempo. Os únicos requisitos da adoração são crer em Cristo (que é a verdade, Jo 4.24) e receber o Espírito, expressões da presença de Deus em nós.

João reforça o cumprimento do templo glorioso de Ez em Jesus aludindo ao rio de águas vivas que fluiria do templo (Ez 47; Jo 7.37-39). De fato, em João Jesus cumpre o sábado (5), a Páscoa (6), as Festas dos Tabernáculos (7) e da Dedicção (10), e as esperanças de judeus (3) e samaritanos (4). A Festa dos Tabernáculos está associada à presença de Deus em meio ao povo, o que se vê na dedicação do templo (1Rs 8.2) e nas profecias sobre o Dia do Senhor (13.1; 14.8,16-21). A cerimônia da água realizada nesta festa orava por chuva e pelo derramamento do Espírito (o rio de águas vivas que fluía da rocha no deserto e fora prometido; cf. Ez 47; Zc 14.8). Jesus, pois, proclama cumprir estas expectativas: ele é o rio prometido (Jo 4.14), a fonte de todas as bênçãos, o novo templo glorioso. Esta profecia chegará ao seu cumprimento final na nova Jerusalém, onde não há templo, e sim um rio que sai do trono de Deus (Ap 22.1-2).

Que aconteceu com esse templo de glória após a ascensão de Jesus? Os discípulos tomam o lugar de Jesus (Jo 17.22-23), manifestando a presença divina no mundo ao viverem em unidade (Jo 13.34-35). Esse era o propósito original na criação: uma comunidade de pessoas que se amem e a Deus, tornando visível a glória divina. Mas nenhum dos Evangelhos diz diretamente que os discípulos são o templo; é Paulo quem explicita o conceito (1Co 3.16-17; Ef 2.20-22; 2Co 6.16-7.1). A comunidade mundial de crentes é a superestrutura erigida sobre a pedra angular, Jesus, que cumpre as promessas da habitação de Deus (Lv 26.11-12; Ez 37.27; 40.34) na casa restaurada de Davi (At 15.15-19). A consequência disso é santidade (2Co 7.1), dom da presença divina, mas também requisito para retenção dela.

É possível, pois, que o templo seja a comunidade de crentes, mas ainda precise ser constru-

ído literalmente? Que significação poderia ter o templo como edifício? Seja para expiação, seja para indicar a presença de Deus, isso já se cumpriu em Cristo. (Os dispensacionalistas argumentam que os novos sacrifícios seriam um memorial da redenção para os judeus, similar à Ceia dos cristãos).

Questões para revisão

1. Como Israel entendeu errado a função do templo? Isso já tinha acontecido antes?
2. Por que Ezequiel anuncia a retirada da glória divina de Jerusalém?
3. Por que o Segundo Templo não cumpria para os judeus a profecia de Ezequiel?
4. De que modo Jesus substitui as funções do templo?
5. O templo é Jesus ou a Igreja? Justifique.
6. Comente as alusões ocultas em Jo 1.14 ao AT e o que isso significa em Jesus.
7. Explique a cerimônia da água na Festa de Tabernáculos e sua importância escatológica.

4. Jesus e a terra: uma questão de tempo e de lugar

A mensagem bíblica enfatiza bastante a terra. Quem pode herdá-la? Os mansos (Sl 37.11; Mt 5.5). Aos que entram no reino se promete uma terra renovada. A salvação não é tão espiritual que perca suas raízes na criação e na ressurreição corporal. A redenção não dissolve a criação, antes a renova.

A promessa da terra também é fundamental na aliança com Abraão (Gn 12.1; 15.18; 17.8). A diáspora judaica veio pela desobediência à aliança (Dt 28.64-66). E até hoje a fé judaica relembra a Sião perdida três vezes ao dia (Sl 137.5). A fé cristã é mais orientada ao céu do que para a terra, espiritualizando os temas bíblicos da terra e da cidade. Mas hoje se reconhece novamente a importância da terra (Brueggemann, *A terra na Bíblia*); é algo que permanece no centro da fé do AT.

Deus renova a promessa de terra a Isaque (Gn 26.3) e Jacó (28.4,13), e a seus descendentes (50.24). Durante a escravidão, ficou a esperança da terra prometida (Êx 3.17). Mas a terra prometida é tomada pela fé, não pela força (Nm 14); são os mansos que herdam a terra, os que confiam em Deus. Somente os que creram puderam entrar na terra (Nm 14.30). Esta terra prometia bem-estar econômico (Nm 14.7; Dt 11.11-12), mas também segurança e descanso (Dt 12.10; Js 21.43-44).

A fé e a obediência também são necessárias para se manter a posse da terra (não apenas para a entrada nela). Ela é dádiva divina a Israel, não seu direito; a terra não foi conquistada por sua força militar, nem por sua justiça (quase foram destruídos no deserto; Dt 9). Israel não merecia ser eleito (Dt 7.7); é amado livremente por Deus e dele recebe as bênçãos da aliança (que incluem a terra). O judaísmo às vezes se opõe à ideia da terra como dádiva, entendendo que ela é uma recompensa pela fidelidade à aliança. No AT, a aliança estabelece as condições para as bênçãos prometidas (Dt 27-29): a idolatria e a desobediência levam à perda da terra (Dt 4.25-31). A aliança é dominada por temas que falam da graça, da livre escolha que Deus fez de Israel, que não tinha méritos em si mesmo. Por isso a aliança é fruto da graça, não uma recompensa; o mesmo vale para as bênçãos prometidas.

Além disso, a terra é sempre do Senhor (Lv 25.23; Dt 10.14); o povo é peregrino. Isso se reflete na divisão por sorteio (Nm 26.55), na entrega das primícias, no repouso sabático e na devolução aos donos originais no Jubileu. A posse da terra exige que Israel seja semelhante a Deus, agindo como ele age, com justiça social (Dt 10) e santidade (Lv 18.28). Assim, as condições são o meio para se usufruir o presente, não a base para uma reivindicação da terra.

Por sua idolatria e injustiça social, Israel perdeu a terra (Os 9.1-3; 4.1-3; Zc 7.8-14). Reconhece seu pecado (Lm 1.8), mas ainda espera no Senhor (Lm 3.22-23). Há promessa de restauração em caso de arrependimento (Dt 30.1-5). A mensagem de todos os profetas sempre inclui uma nota de esperança, mesmo implicitamente (Jr 32.15; 33.10-11), pois Deus continua fiel à sua aliança (Jr 31.35-37; 33.20-22). É o próprio Deus que restaurará seu povo e o devolverá à terra (Ez 36.25-28). No exílio o foco se concentra em Jerusalém; Ezequiel profetiza sobre um novo templo em uma ci-

dade renovada, com a certeza de que Deus habitará ali (48.35). Isaías também fala sobre a nova Jerusalém (40.1-2; 51.3,11; 62.12), que se alarga para incluir as nações (54.1-5) e suas riquezas (60.5; 61.6). A maldição da criação será revertida (55.12-13) e a cidade estará cheia da glória de Deus (60.2,19). Jerusalém será o centro do mundo inteiro, se torna símbolo do Reino de Deus. As profecias se confundem porque os profetas não distinguem as várias fases que a cidade passará.

Certamente essas profecias não se cumpriram após o retorno do exílio. Israel continuou desobediente e estrangeiros os dominaram até a destruição de Jerusalém no ano 70, exceto pelo breve período de independência dos Macabeus (142–65 a.C.). Apesar do zelo pela lei, a justiça não se concretizou (Rm 10.2-3). Sem justiça e santidade, a terra não se tornaria o Reino de Deus (Mt 5.20). É essa injustiça que o Evangelho vem resolver, por meio da obra do próprio Deus.

Como a terra fica no NT? Há um estranho silêncio sobre a terra, que era uma promessa central no AT. Seria o evangelho transcendental em contraste com o caráter terreno do AT? Alguns afirmam que, com o cumprimento da lei por Cristo, a terra se tornou irrelevante, pois a promessa foi universalizada em Cristo. Em contraste, vemos que a promessa foi universalizada, mas não espiritualizada; agora se aplica a toda terra. Em Cristo somos herdeiros das promessas dadas a Abraão (Gl 3.29), incluindo a terra (Rm 4.13; embora Paulo não trate do conteúdo das promessas, e sim dos seus recipientes e meio de obtenção). Paulo percebe em Jesus o escopo universal da promessa da terra, algo que Isaías já havia dito. Ele fala de herdar o reino de Deus, que abrange todas as nações e toda a terra (1Co 3.21-22). O foco muda de uma terra particular para toda a nova criação. Em Cristo, o templo se tornou lugar universal de habitação divina, Israel se tornou em todas as nações, e a terra agora abrange o mundo. Paira uma expectativa escatológica do cumprimento desta promessa. Hebreus também fala do descanso ainda não alcançado no AT (Hb 4), que se concretizará na cidade celestial (Hb 11). Os Evangelhos falam da universalidade do Reino (Mt 2.18), o qual já foi inaugurado, mas ainda não manifestado plenamente.

Seguindo a direção de alguns profetas, o NT concentra o futuro em Jerusalém e no templo. Esta é a cidade de Deus (Sl 132.13-14; 48.1-2,8), do Grande Rei (Jr 3.17), Cidade Santa (Is 52.1). Ela incorpora a promessa da terra: segurança, paz e prosperidade, que dependem da presença de Deus. Por que então foi destruída? O NT responde que foi por causa da rejeição do Messias por Israel (Mt 23.37; 21.33-44; Lc 19.42-43) e por se ter tornado lugar de escravidão por sua submissão à lei para obter justiça (Gl 4.25). Paulo fala de outra Jerusalém, ainda celestial, lugar de salvação para as nações (v. 26-27). Hebreus afirma que os santos do AT aguardam os do NT para obterem o cumprimento das promessas (Hb 11.40) na Jerusalém celestial (11.10,16). Isso significa que as promessas subjacentes à Jerusalém terrestre agora se aplicam à celestial (Hb 12.22), que é a Igreja (2Co 11.2; Ap 21.2). Esta é nossa mãe, nossa pátria (Fp 3.20). Assim, o NT não esqueceu a promessa da terra, antes a concentra na Jerusalém celestial, que aguarda sua manifestação escatológica. Mas a igreja hoje já é uma antecipação desta realidade; é a cidade cuja luz não pode ser ocultada (Mt 5.14; Is 61.11). A Grande Comissão cumpre o papel de Jerusalém entre as nações.

Questões para revisão

1. Qual é a diferença entre a fé judaica e a fé cristã quanto à posse de terra?
2. Como se pode herdar esta terra? Pela força ou pela fé? Explique.
3. Israel teria direitos legais à terra enquanto fosse obediente? Justifique, comentando quais as razões bíblicas para a obediência de Israel.
4. Por que a Jerusalém pós-exílica não foi restaurada conforme as profecias registradas?
5. De que forma o NT aborda a promessa da terra? A que terra o NT se refere?
6. Como a Jerusalém celestial se relaciona com a Jerusalém terrena hoje?

5. Jesus e a lei: uma questão de cumprimento

O que acontece com a lei no NT (Mt 5.17)? A tradição cristã diverge quanto a isso. Alguns

creem que a lei não vale mais para o cristão, que está sob a graça. Outros entendem que a justiça positiva da lei ainda deve caracterizar a vida do cristão. Vejamos a perspectiva de Mateus sobre o assunto, visto que seu foco central é a justiça (5.20; 5.16; 5.48; 6.33), enfatizando a integridade moral e as boas obras. Para ele, o reino de Deus só está disponível aos que a praticam (7.21-23; 21.43).

As estruturas de graça em Mateus são difíceis de ver. Ele pressupõe que os leitores já conhecem o evangelho e, por isso, não o explica. Agostinho entendia que as virtudes requeridas nas bem-aventuranças exigem os dons do Espírito Santo. Mas, de fato, acha-se uma estrutura de graça em Mateus 1-4, que serve de base para o Sermão do Monte. Jesus é o filho de Abraão e de Davi, o Filho de Deus, o dom da graça divina pelo qual ocorre a renovação de Israel. Nele as promessas de Israel alcançam o mundo inteiro. Jesus vem para cumprir toda a justiça (3.15). Esta cristologia inicial de Mateus antecipa o posterior cumprimento na cruz e na ressurreição. A justiça é possível pela morte e ressurreição de Jesus. Abordar as rigorosas exigências éticas de Mateus desconsiderando este contexto inverterá sua mensagem. Toda tradição cristã que perca o contato com a escatologia bíblica retrocede a diversas formas de legalismo. A obediência cristã apresentada por Mateus é sempre uma participação esperançosa na nova realidade do reino de Deus.

As bem-aventuranças precedem a exigência de justiça feita por Jesus. Elas são dons ou exigências veladas de conduta ética? São bem-aventuranças profético-apocalípticas, que declaram futura vindicação e recompensa escatológica; não são leis. Nelas Jesus se apresenta como o Servo do Senhor de Is 61 que concede as bênçãos prometidas. A justiça é um dom de Deus (Mt 5.10; Is 61.10), não algo produzido pelo homem. Esta justiça não é passiva, mas produz frutos (Is 61.3,11). Por isso Jesus exorta a buscarmos primeiro a justiça de Deus (6.33), que é basicamente um sinônimo do seu reino (local onde Deus manifesta sua justiça). As necessidades materiais são providas pelo Deus da justiça; é sua justiça que fundamenta a prosperidade econômica. A justiça é igualmente dom de Deus e um dever a cumprir. Assim, as bem-aventuranças são cumprimentos escatológicos das promessas do AT, outorgando felicidade presente e futura; a conduta ética descrita é uma resposta à manifestação do reino de Deus, isto é, a obediência é escatológica, motivada pela esperançosa participação na nova realidade inaugurada.

Nesta nova era, como fica a lei? Em Mt 5.13-16, Jesus designa os discípulos como luz para iluminar as nações, pelas boas obras que refletem a justiça de Deus. A lei que Jesus anuncia é a lei escatológica que provém do monte Sião (Is 60.1; 2.3). O amor a Deus e ao próximo é a chave hermenêutica para todos os mandamentos (Mt 22.40); ele é a expressa vontade de Deus. No relato do jovem rico (Mt 19.16-22), Jesus volta à raiz dos mandamentos (o amor), mostrando que o jovem não tinha entendido o princípio por trás deles. Jesus fala sobre ser perfeito (Mt 5.48), que é ser fiel a Deus (1Rs 8.61) e inculpável (Gn 6.9), correto nas duas esferas (Mq 6.8).

Há continuidade entre a lei do AT e o ensino de Jesus em Mt 5.21-48? Jesus se refere à lei escrita interpretada conforme a tradição, opondo-se à interpretação feita. Ele reinterpreta os mandamentos à luz da essência da lei (os dois maiores mandamentos), sem transcender a lei nem anunciar algo independente dela. Ele critica toda interpretação da lei que evite a vontade divina. Jesus cumpriu a lei na cruz, e os discípulos são chamados a cumpri-la nele. Somente seguindo a Cristo o discípulo pode entender a justiça e ser capacitado a realizá-la. Isso se deduz também de Mt 5.17-20: Jesus cumpre a lei, mas ela continua válida na era cristã e ainda precisamos exceder a dos fariseus (não praticam o que pregam, 23.3). Há continuidade e radicalização.

Questões para revisão

1. Ao se enfatizar a prática da justiça, qual a diferença de se considerar ou não o contexto de graça de Mateus?
2. Como devemos interpretar as bem-aventuranças de Jesus no Sermão do Monte?
3. Jesus revogou a lei em Mt 5.21-48? Justifique.